



Revista Brasil Energia – Abril 2004

Última chamada para negociar

Associações e MME farão nova rodada de discussões sobre a regulamentação das novas leis do setor elétrico, sancionadas em março

Encerrado o tempo de discussões sobre a proposta de um novo modelo para o setor elétrico, os investidores têm em suas mãos uma última oportunidade para ajustar pontos das leis 10.847/04 e 10.848/04, sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 15 de março. Mesmo não passando por audiências públicas, o processo de regulamentação das diretrizes do novo documento básico do setor estará reunindo, numa mesma mesa, representantes dos agentes econômicos e do Ministério de Minas e Energia (MME) até meados deste mês. As primeiras medidas – relativas à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – já deverão estar na rua no início de abril.

Segundo o secretário-executivo do MME, Maurício Tolmasquim, o ministério está aberto a sugestões das associações durante a elaboração de regras mais precisas para o arcabouço legal do setor elétrico, mas não há mais espaço nem tempo para partir do zero. “Não temos como debater tudo novamente. As leis foram sancionadas e alguns pontos já são auto-regulamentáveis. O tempo agora é de criar regras mais detalhadas para o documento aprovado”, ressalta Tolmasquim.

Para quem acreditava que a sanção presidencial enterraria qualquer possibilidade de debates durante a regulamentação, a posição do ministério de continuar ouvindo os investidores deu um certo alívio às associações da área de energia elétrica – mas apenas em parte. Muito mais do que serem escutadas pela equipe ministerial, os agentes, desta vez, esperam que suas propostas possam ser acatadas pelo Poder Executivo. “Se as conversas não se transformarem em resultados, nossa ida a Brasília terá sido apenas uma perda de tempo”, diz um dos agentes do setor.

Tempo de avançar – A maioria ainda acredita, contudo, que os textos legais do documento básico poderão aproximar um pouco mais os interesses das empresas com os do governo. “Durante a tramitação das leis, havia vários pontos que nos causavam apreensão. Mas com a sinalização do ministério de querer sentar com os investidores, podemos acreditar na possibilidade de diálogo para aparar as arestas”, afirma Maurício Corrêa, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel). Segundo ele, os associados estarão se reunindo em abril para chegarem a uma conclusão sobre os pontos que ainda poderão ser negociados na regulamentação.

Seguindo os mesmos passos dos comercializadores, as outras associações do setor também estão se mexendo para tentar defender seus interesses nas reuniões com o ministério. Uma das primeiras organizações a se movimentar foi a Associação Brasileira Elétrica (ABCE), criada há quase 70 anos. Logo após a sanção presidencial das novas leis do setor elétrico, a ABCE elaborou um documento com os principais pontos de preocupação dos empresários, que foi encaminhado à ministra Dilma Rousseff ainda em março.

O material, de acordo com a diretora-executiva da associação, Sílvia Calou, expressa a apreensão e a opinião de todos os segmentos do setor elétrico. Sob a batuta da ABCE estão empresas das áreas de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia, como a geradora Duke Energy, a distribuidora Light, a transmissora paulista CTEEP e a comercializadora Enertrade, do grupo português EDP.

Principais pontos – Na área de distribuição, os agentes tentarão trabalhar com o MME, em questões sobre a universalização dos serviços de energia elétrica e o repasse de custos dos leilões de ajuste. Neste segundo caso, mesmo parecendo ser um ponto intocável e inegociável pela equipe de Dilma Rousseff, as concessionárias continuarão batendo na tecla de que não podem bancar os riscos desses leilões. A explicação é que as empresas não têm como gerenciar a necessidade de demanda nos ajustes devido à dificuldade de acertarem em cheio as previsões de crescimento de mercado.



Em relação ao programa de universalização, as distribuidoras querem regras claras sobre os critérios de incorporação dos custos de inserção elétrica dos milhões de sem-luz brasileiros aos números financeiros das empresas e a definição das fontes de financiamento que irão bancar o programa. Em estudos realizados por algumas concessionárias, a universalização poderá causar um impacto tarifário de até 30% sobre as contas de seus clientes.

Para os geradores, os principais pontos que ainda deverão ser motivo de batalhas com o governo se referem ao tratamento da energia existente e da energia nova. De acordo com Sílvia, a expectativa dos investidores de geração é que, na etapa da regulamentação, possa ser criado um mecanismo que aproxime, ao longo do tempo, esses dois tipos de energia. “Quem comprou ativos na época da privatização esperava pela liberalização do mercado, onde não haveria diferença entre os projetos”, ressalta.

Um outro ponto, que vem tirando o sono dos produtores de energia, é a questão das garantias que serão dadas nas operações de comercialização de energia no ambiente regulado. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Eric Westberg, os detalhes técnicos da lei de comercialização (10.484/04) precisam esclarecer quem irá bancar os riscos de um ambiente do qual participam empresas que gozam da confiança dos agentes financiadores e de outras que não têm o mesmo prestígio com os bancos.

Na visão de Westberg, os contratos fechados em governos anteriores e a isonomia entre companhias privadas e públicas também devem ser tratados com maior clareza durante a fase de regulamentação. “A questão da competitividade entre públicas e privadas será ponto-chave deste novo arcabouço do setor. É preciso saber até que ponto ocorrerão as parcerias entre as empresas de ambos os setores e em quais momentos haverá competição”, afirma. Sobre a quebra de contratos, o executivo reforça que esta poderá sinalizar ao investidor estrangeiro que não há estabilidade nas regras do país, afastando-o cada vez mais do território nacional.

Apesar da complexidade do detalhamento técnico que ficou pendente, os agentes concordam com a urgência da tarefa de regulamentação. “Quanto antes for realizado o trabalho, melhor será para todos. É essencial conjugar pressa com abertura para que sejam ouvidos todos os agentes. Dessa forma, caminhamos com mais segurança”, garante Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE).

Após elaboração dos textos regulatórios, a Casa Civil estará apreciando-os e, havendo algum impacto das decisões em outras casas ministeriais, estas ainda precisarão ser consultadas.